

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-27

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Amorim, P. & André, P. (2018). Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a resignificação da Alameda . In Paula André, Paulo Simões Rodrigues, Margarida Brito Alves, Miguel Reimão Costa (Ed.), *Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. IV - Seminário de investigação, ensino e difusão.* (pp. 6-23). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Amorim, P. & André, P. (2018). Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a resignificação da Alameda . In Paula André, Paulo Simões Rodrigues, Margarida Brito Alves, Miguel Reimão Costa (Ed.), *Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. IV - Seminário de investigação, ensino e difusão.* (pp. 6-23). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Espaço de Representação: O 1º de Maio de 1974 e a Resignificação da Alameda Dom Afonso Henriques

Patrícia Amorim

ISCTE-IUL; DINÂMIA CET-IUL
pscarn@iscte-iul.pt

Paula André

ISCTE-IUL; DINÂMIA CET-IUL
paula.andre@iscte-iul.pt

Resumo

Uma semana após a revolução que depôs a ditadura do Estado Novo, o 1º de Maio de 1974 foi a primeira grande manifestação depois de décadas em que o direito à “reunião” esteve proibido. As ruas de Lisboa foram tomadas pela população, que rompeu a ordem quotidiana da capital portuguesa, quando, a Alameda Dom Afonso Henriques, tomada por expressões massivas em prol da liberdade, se torna palco da maior concentração de cidadãos. Planeada e construída entre os anos de 1927 e 1948, sob o comando do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, a Alameda é concebida no período em que as campanhas de planeamento urbano do Estado Novo visavam a ordem e o controle do espaço pelo Estado, no qual tendia a consolidação de um regime que louvava a tradição histórica e os valores conservadores do passado. De fato, se a Alameda Dom Afonso Henriques constitui uma referência no âmbito de uma arquitectura operacionada pelo poder ideológico do Estado Novo, é, igualmente, uma revelação de um espaço público onde as manifestações político-sociais, resignificaram o espaço urbano, transformando-o num produto da construção colectiva. Assim, este estudo debruça-se sobre o estudo dos Espaços de Representações, centrando o quadro conceptual nos autores Tonino Bettanini (1982) - *Espaço e Ciências Humanas* -, que apresenta o pensamento sobre o *espaço de representação* baseado no termo proposto pelo historiador alemão Georg Mosse (1974), -*The Nationalization of the Masses* -, onde analisa os espaços-monumentos criados pela Alemanha Nazista como forma de promover a cristalização do ideal da pátria e da nova ordem instaurada; e Henri Lefebvre (2006) - *A Produção do Espaço* - que expõe o pensamento acerca do espaço social, no qual atribui ao *espaço de representação* o aspecto simbólico e o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham. Pretende-se, deste modo, reflectir sobre o significado do *espaço de representação* como materialização de um regime opressor, mas também, retratar através do objecto de estudo, o contraponto com a rigidez do monumento, o qual se revela como um espaço dinâmico, de natureza simbólica, apresentando-se como objecto central no processo de afirmação e legitimação de uma organização social.

Palavras-chave

Espaço Público, Manifestação, Representação, Alameda Dom Afonso Henriques

Introdução

O espaço público, enquanto lugar de encontro, comércio, circulação e sobretudo de representação, resulta tanto das acções públicas de desenvolvimento das cidades como da transformação das práticas urbanas e dos usos e regras dos diversos espaços. As relações que se estabelecem entre cidadãos e a sua cidade integram possíveis transformações dos espaços, considerando o processo social e histórico da formação arquitectónica da cidade, assim como as questões simbólicas, que passam por interferências circunstanciais.

Partindo do panorama da representação, procuramos debater sobre o conceito de *espaço de representação*, enquanto lugar de manifestações político-sociais que ressignificam o espaço urbano, transformando-o num produto da construção colectiva e revelando o espaço como objeto central no processo de afirmação e legitimação de uma organização social. O presente estudo centra-se na manifestação ocorrida no 1º de Maio de 1974 na Alameda Dom Afonso Henriques, assumindo-a como caso de estudo. Esta escolha justifica-se pelo seu reconhecimento enquanto primeira grande manifestação pública pós 25 de Abril e como representação simbólica e popular, da ruptura política, social e económica em Portugal.

Esta abordagem é fundamentada no quadro conceptual dos autores Tonito Bettanini (1982), e Henri Lefebvre (2006). O primeiro autor, em sua obra *Espaço e Ciências Humanas* (1982), apresenta o termo *espaço de representação* proposto pelo historiador alemão Georg Mosse (1974), em sua obra *The Nationalization of the Masses*, no qual revela um estudo acerca dos espaços e dos monumentos criados pela Alemanha Nazista. De acordo com este historiador, o *espaço de representação* era formado por espaços-monumentos os quais tinham a intenção de promover a auto-expressão nacional, onde a pátria se representaria. Assim, o *espaço de representação* é concebido com o propósito de se legitimar uma nova ordem institucional. Com o declínio das estruturas de uma organização social, estabelecem-se novos sistemas, o que otimiza a carência da representação no espaço, das convicções dessa determinada ordem, produzindo assim a ressignificação dos espaços, ou seja, surge a necessidade de construir símbolos concretos que derrubam ou transformam os espaços da organização passada.

Lefebvre, em *A Produção do Espaço* (2006), apresenta a sua contribuição ao pensamento acerca do espaço social ao atribuir à espacialidade três instâncias coexistentes e interdependentes, sendo elas: a da *prática espacial*; as *representações do espaço*; e os *espaços de representação*. A primeira instância que o autor apresenta é a da *prática espacial*, que é referente à produção e reprodução de lugares distintos e conjuntos espaciais específicos a cada constituição social. Refere-se ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ou seja, a dimensão material da actividade e interacção sociais¹. O âmbito das *representações do espaço* são aquelas ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”. De acordo com o autor é o espaço concebido - aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas – compreendido, elaborado e idealizado intelectualmente. Por fim, é nos *espaços de representação*, que se trata do aspecto simbólico do espaço vivido, através das imagens e símbolos que o acompanham. Este aspecto da

¹ LEFEBVRE, Henri – **A Produção do Espaço**. (on-line) Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev.2006 http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaço.pdf

produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). Dessa maneira, um simbolismo (espacial) desenvolve-se expressando e invocando normas, valores e experiências sociais. Assim, o espaço passa a ser visto a partir dos olhos dos que o vivenciam, tornando-se explícitos os significados socialmente construídos acerca dele. Dessa forma, o *espaço de representação* torna-se um produto da construção colectiva, e revela-se como um elemento central no processo de afirmação e legitimação da organização social que se constituiu.

As duas vertentes do conceito de *espaço de representação* levantam questões relativas não só ao processo de formação do espaço público, como elemento importante da estruturação e forma do espaço urbano - onde se procura uma representação ideológica e identitária ao elevar a importância do espaço-monumental -, como também demanda o debate sobre o *espaço de representação*, como marco da centralidade cultural, apontando-o como lugar de encontros e de manifestações sociais, onde é encenada a problematização da vida social e a construção simbólica do espaço.

Embora o tema deste estudo não se foque na questão da psicologia social, é pertinente considerarmos o pensamento de Serge Moscovici (2003), no que se refere às representações sociais. Para o autor, as representações determinam-se pelo facto de que elas, ao serem indicadas dentro da esfera de conhecimento particular - que tem por finalidade a concepção de comportamentos e a comunicação entre indivíduos - são sustentadas tanto por conhecimentos decorrentes da experiência quotidiana, como também pelas reapropriações de significados historicamente consolidados². A representação social enfatiza e simboliza acções e factos constituídos por relações, que se tornam comuns às pessoas e grupos, portanto, moldam o que é dado do exterior através da relação que essas pessoas e os grupos mantêm com os objectos. Assim, é importante ressaltar que este primeiro estudo sobre a Alameda Dom Afonso Henriques como *espaço de representação* é referente a um grupo específico da sociedade, nomeadamente, os sindicatos dos trabalhadores e partidos políticos de esquerda como o PCP e o Bloco de Esquerda. Dentro dos fenómenos da construção das representações sociais, neste caso específico, interessa-nos a “comunicação”, caso que está presente de acordo com o Moscovici (2003), nos meios de divulgação, através da comunicação de costumes e instituições na herança histórica e cultural das sociedades.

Igualmente importante para o desenvolvimento deste estudo, foi a análise da construção da Alameda Dom Afonso Henriques, planeada e estabelecida entre os anos de 1927 e 1948, sob o comando do Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, no período em que as campanhas de planeamento urbano do Estado Novo visavam a ordem e o controle do espaço pelo Estado, no qual tendia a consolidação de um regime que louvava a tradição histórica e os valores conservadores do passado. Assim, propomos uma análise da Alameda Dom Afonso Henriques como *espaço de representação*, analisando a construção dos seus significados ao longo da história e a sua ressignificação a partir do 1º de Maio de 1974.

Apresentação do Caso de Estudo

No dia 1º de maio de 1886, as ruas de Chicago foram tomadas pelo povo em protestos e greves, cujo objectivo central estava na redução da jornada de trabalho. Entre 80 e 90 mil pessoas saíram às ruas em apoio ao crescente movimento somente na cidade de Chicago,

² MOSCOVICI, Serge – **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 2003, p. 40, 41.

fazendo uma greve geral que reivindicava o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta luta, determinaram a declaração do dia 1º de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador e, desde 1890, de acordo com *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)*, esta data é comemorada em Portugal.

As comemorações que antecedem a revolução do 25 de Abril, início dos anos setenta, foram organizadas clandestinamente devido à violenta repressão sobre quem ousasse participar em qualquer tipo de manifestação pública. Em 1970, foram realizadas manifestações em diversos pontos de Lisboa como: Estação do Rossio, Cabo Ruivo, Campo de Ourique, Arco do Cego, Sacavém, Moscavide e comboios da linha de Sintra³. No Barreiro, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita e Lavradio, foram realizadas manifestações que mobilizaram mais de seis mil pessoas, onde centenas delas foram presas⁴. Em 1971, o maior acto público aconteceu na cidade do Porto, onde vinte mil manifestantes enfrentaram a polícia e resistiram às prisões na cidade nortenha⁵. No ano de 1972, dias antes do 1º de Maio, a polícia efectuou dezenas de prisões. O Ministério do Interior emitiu uma nota oficial proibindo qualquer tipo de protesto e ameaçando quem infringisse a ordem. Desta forma, os trabalhadores adoptaram outras formas de protestos, realizando um abaixo-assinado do sindicato dos metalúrgicos exigindo que o 1º de Maio fosse feriado⁶. Em 1973, antecipadamente ao último 1º de Maio subscrito sob a ditadura do Estado Novo, em Janeiro deste ano, a polícia iniciou as prisões de activistas políticos e sindicais, totalizando 87 pessoas. No primeiro dia de maio, dia da desejada comemoração trabalhista, em Lisboa, por volta das 19h30, a polícia de choque, postada no Rossio – local tradicional de escolha das manifestações nesta altura –, confrontou violentamente as pessoas que estavam no local, até mesmo nos passeios e dentro de estabelecimentos na Rua do Ouro. Os conflitos duraram até às 21h30, ocasionando dezenas de feridos, que foram encaminhados para o Hospital São José e depois conduzidos para o Governo Civil para serem identificados⁷.

³ CGTP-IN, Intersindical Nacional – **40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010**. Lisboa: CGTP-IN, 2011, p. 94.

⁴ CGTP-IN, Intersindical Nacional – **40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010**. Lisboa: CGTP-IN, 2011, p. 95.

⁷ CGTP-IN, Intersindical Nacional – **40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010**. Lisboa: CGTP-IN, 2011, p. 95.

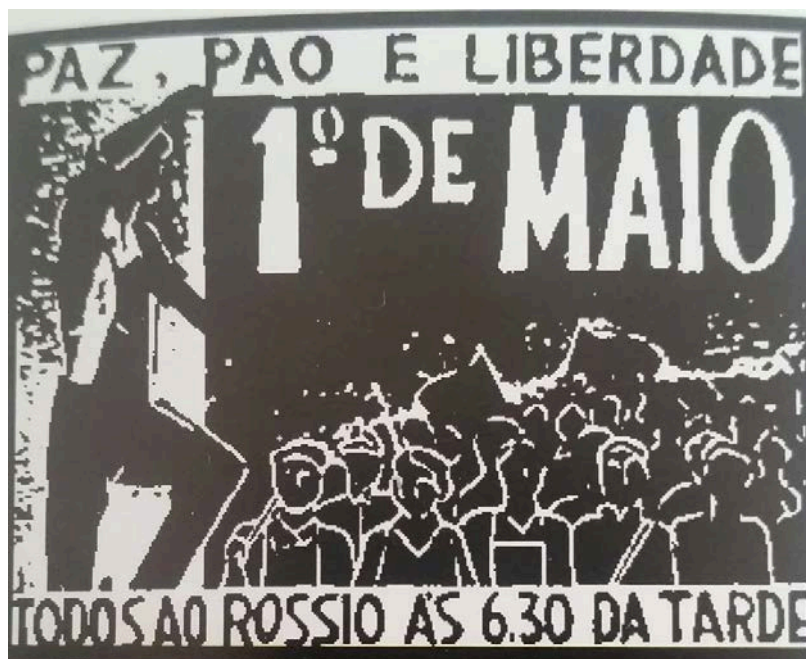


Figura 1- Revista O Professor 10º aniv. 25 de Abril, © CGTP 40 anos de luta com os trabalhadores

Uma semana após a revolução que depôs a ditadura do Estado Novo, o 1º de Maio de 1974 foi a primeira grande manifestação, depois de décadas em que o direito à “reunião” esteve proibido. As ruas de Lisboa foram tomadas pela população, que romperam a ordem quotidiana da capital portuguesa, ao tomar os espaços urbanos com expressões massivas em prol da liberdade. De acordo com a reportagem *A Cor do 1º de Maio* do Revista Expresso do dia 4 de maio de 1974, foram registradas grandes marchas na Praça do Rossio, Rua do Ouro, Praça dos Restauradores, seguindo toda a Avenida Liberdade.



Figura 2- 1º de Maio de 1974 Praça do Rossio © Fundação Mário Soares

Foi na Alameda Dom Afonso Henriques onde aconteceu a maior concentração de cidadãos de acordo com a reportagem *Lisboa-quarta-feira-ano I* da Revista Expresso de 1974. Cerca de um milhão de pessoas se reuniram no local escolhido pelos sindicatos organizadores, para a concentração da manifestação que, após a acumulação de cidadãos de todo o país, se dirigiram em grande parte em marcha ao Estádio da Fundação Nacional para a Alegria dos Trabalhadores (FNAT), que, a partir deste dia, se passou a chamar Estádio 1º de Maio, e outra grande parte dos manifestantes festejaram até de madrugada.

“Lisboa assistiu, na última quarta-feira, uma imensa manifestação de regozijo do povo, festejou até altas horas da madrugada o Dia do Trabalho e sua recém-adquirida liberdade. (...) logo no princípio da tarde, grandes grupos de pessoas excitadas aproximavam-se da Alameda D. Afonso Henriques em rios de gente que desembocavam no grande espaço e em breve confluíam numa verdadeira maré humana. Era este local da reunião anunciada para as 3 horas da tarde, para a chamada 'manifestação dos sindicatos' e que foi, afinal, de toda a gente: seguiria depois para o estádio da FNAT, já rebatizado Estádio 1º de Maio”⁸.

O espaço público tornou-se palco de grandes manifestações durante este período, como relata Domingos Amaral, na reportagem dada ao jornal *Correio da Manhã* no dia 31 de maio de 2015: “Nessa altura vivíamos na Alameda Dom Afonso Henriques, que passou a ser o grande palco dos comícios em Lisboa, e havia manifestações semana sim, semana não”⁹. O tipo de ocupação do espaço público em questão, realizada durante este período, indica-nos uma contradição à intenção inicial que idealizavam para este espaço quando concebido pelo Estado Novo.



Figura 3- Alameda Dom Afonso Henriques foto sem data
© Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian



Figura 4- 1º de Maio de 1974. © SNTCT

⁸ DIMAS, Victor - *Lisboa-quarta-feira-ano-I*. Lisboa: Microfilme da Biblioteca Nacional de Portugal, Revista Expresso, 4 de maio, 1974.

⁹ RIBEIRO, Ana Maria - **Filhos acertam contas com a fama dos pais Perguntámos a cinco personalidades como foi crescer com uma figura pública**. Lisboa: Jornal online *Correio da Manhã*, 31 de maio, 2015. Disponível em: cmjornal.pt/maiscm/domingo/detalhe/filhos_acertam_contas_com_a_fama_dos_pais

Desde a ascensão dos regimes autoritários do começo do século XX, a Europa assistiu à rejeição do Movimento Moderno e ao avanço de uma arquitectura operacionada pelo poder ideológico, onde a monumentalidade se apoderava da exaltação patriótica¹⁰.

“(…) esta influência de contacto entre arquitectos portugueses e fascistas, não tem só como exemplo a grandiosa “Exposição Histórica do Mundo Português” mas muitos outros projectos que assinalaram índices de significativo contacto, como os projectos idealizados (não de obras construídas), que constituíram a exposição do III Reich da “Moderna Arquitectura Alemã”, em 1941 no Salão do S.N.B.A., em Lisboa. Numa exaltação megalómana, com bases em arquitectura clássica, os variados projectos para parques, estádios olímpicos, arcos triunfais e grandes avenidas, assinalavam a vontade de certos arquitectos num novo rumo para a arquitectura portuguesa”¹¹.

De acordo com Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes (1986), em a *Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959*, na fase de desenvolvimento e consolidação, o novo regime passa a desejar uma arquitectura própria. Tratava-se assim de utilizar a arquitectura como veículo de propaganda ideológica e meio de condicionamento do comportamento individual e colectivo, ou seja, como Bettanini (1982) nos indica, a espacialização do mundo através do monumento insere um elemento de descontinuidade no território da vida quotidiana, assim, “a ordem institucional atribui ao espaço de representação a função de objectivar, na pedra, um corpo de tradição cujo significado se diferencia radicalmente do da vida cotidiana”¹².

Dentro deste contexto, as campanhas de planeamento urbano do Estado Novo, visavam a ordem e o controle do espaço pelo Estado e tendiam para a consolidação de um regime que louvava a tradição histórica e os valores conservadores do passado, sendo uma das expressões arquitectónicas dentro deste cenário, a Alameda Dom Afonso Henriques, planeada e construída entre os anos de 1927 e 1948.

¹⁰ CALDEIRÃO, Teresa – **Arquitectura como Propaganda do Estado Novo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 62.

¹¹ CALDEIRÃO, Teresa – **Arquitectura como Propaganda do Estado Novo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 62.

¹²BETTANINI, Tonino – **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 97.



Figura 5- Diário de Notícias 13/02/1942 © Gabinete de Estudos Oisiponenses

De acordo com Margarida Souza Lôbo (1995), em *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Duarte Pacheco, aos vinte e cinco anos, quando director do Instituto Superior Técnico (IST), organizou a intervenção urbanística da Alameda Dom Afonso Henriques, como também da região adjacente com o objectivo de viabilizar e enquadrar as novas instalações do Instituto. Para tanto, optou por uma localidade distinta no limite do território urbanizado de Lisboa, transfigurando-o num espaço urbano de grande escala. Esta operação na cidade antecipou a decisão de transformar o território, dentro de uma nova ordem institucional que Duarte Pacheco impôs como dirigente do novo Ministério das Obras Públicas¹³. Neste sentido, Souza Lôbo (1995) aponta-nos a importância na estruturação do espaço urbano, onde buscava acentuar uma representação identitária que motivava elevar a importância monumental e histórica nos espaços públicos, constituindo-os como fomentadores de uma organização tanto espacial como social.

Diversas propostas foram elaboradas para a Alameda Dom Afonso Henriques, mas a sua configuração final e actual deve-se à proposta de 1939 do arquitecto urbanista João Guilherme Faria da Costa, onde se identifica o espaço que se estende desde o Instituto Superior Técnico (IST) - projectado pelo arquitecto Pardal Monteiro (1927) -, à Rua Barão de

¹³ SOUZA LÔBO, Margarida – *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP, 1995, p. 36.

Sabrosa, que culmina com a Fonte Monumental - projecto dos arquitectos Rebelo de Andrade (1939/40 – 1948) -, com a função de miradouro, estabelecendo o equilíbrio do conjunto¹⁴.

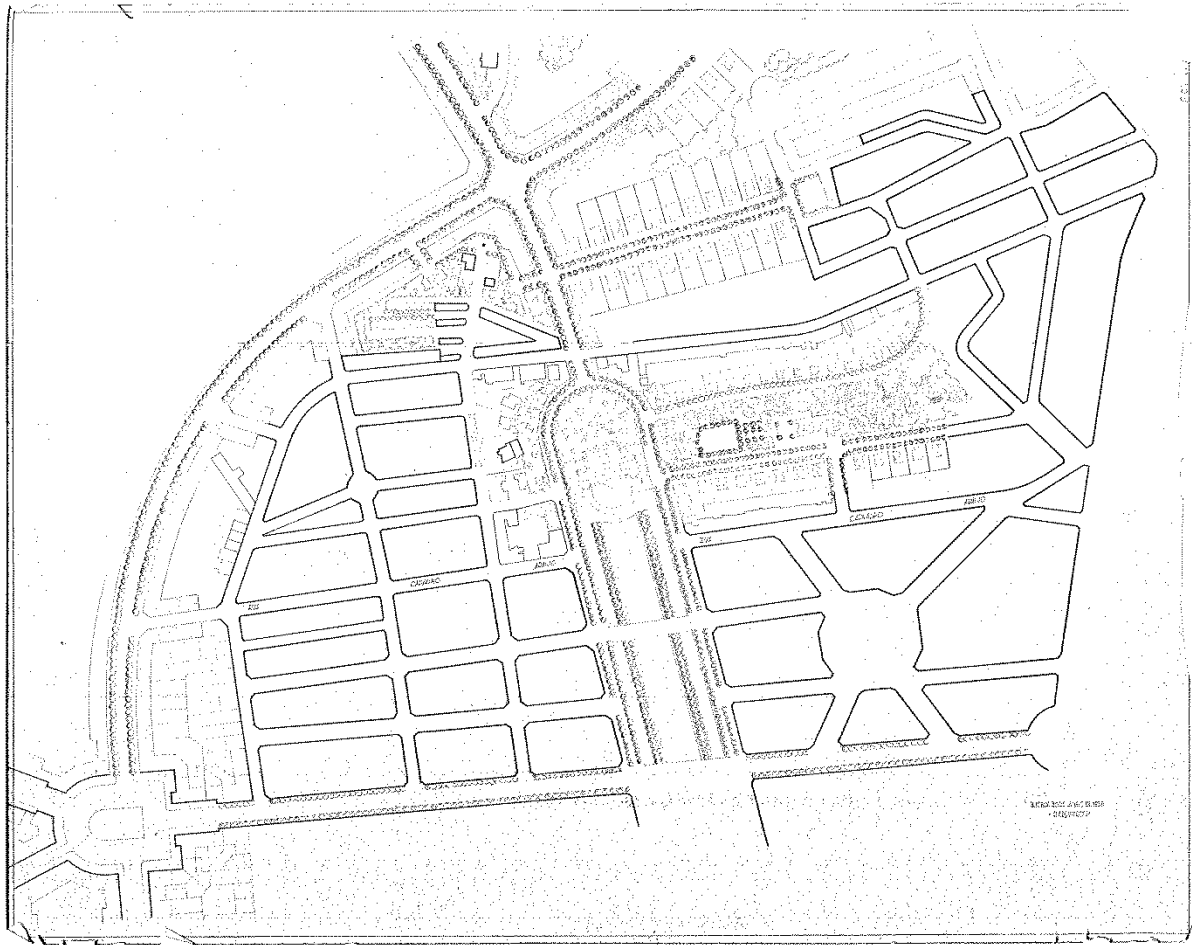


Figura 6- Projecto da Alameda D. Afonso Henriques, Fonte Luminosa e zona envolvente, executada pelo Arquitecto Urbanista Faria da Costa (1939). © Gabinete de Estudos Olisiponenses, MP2442.

A composição espacial da Alameda, é constituída por uma larga avenida traçada em frente ao IST, duas faixas de rodagem laterais e ao centro, duas avenidas interiores a ladear uma larga placa ajardinada, configurando assim, um quadrilátero unitário e conjunto-símbolo de uma arquitectura monumental e um espaço público unívoco.

¹⁴COELHO, Sara – **Habitação para as Elites Lisboaetas do Estado Novo: Biografia de um “Português Suave” no Bairro do Areeiro**. Lisboa: Instituto Técnico de Lisboa, 2015, p. 18.

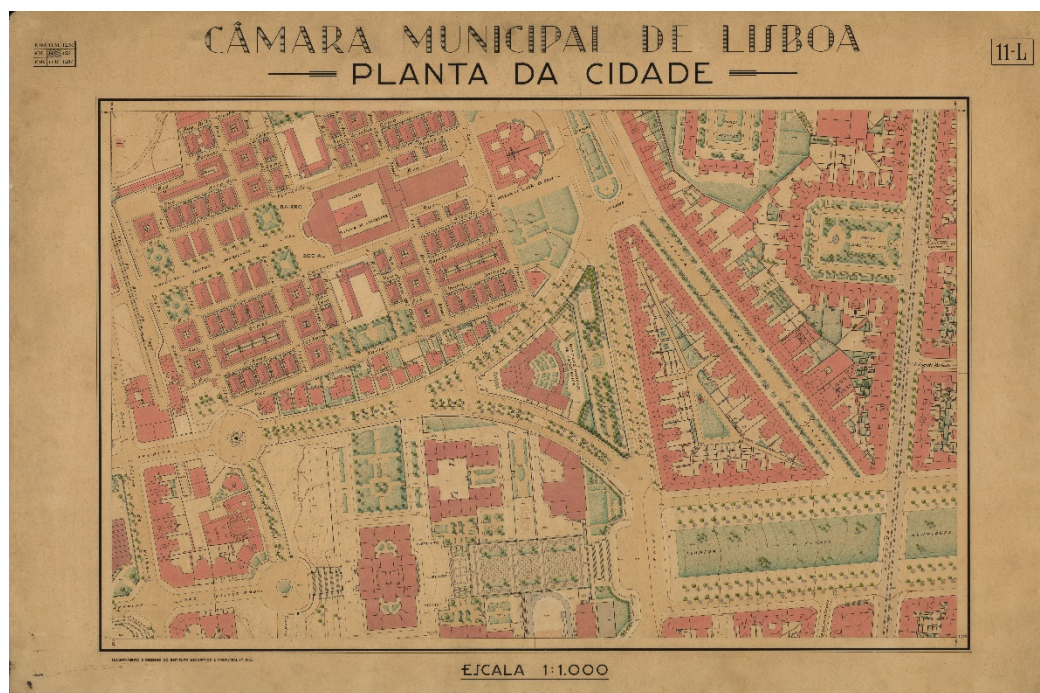


Figura 7-Levantamento e desenho do Instituto Cadastral de 1955: 11L © Gabinete de Estudos Olisiponenses

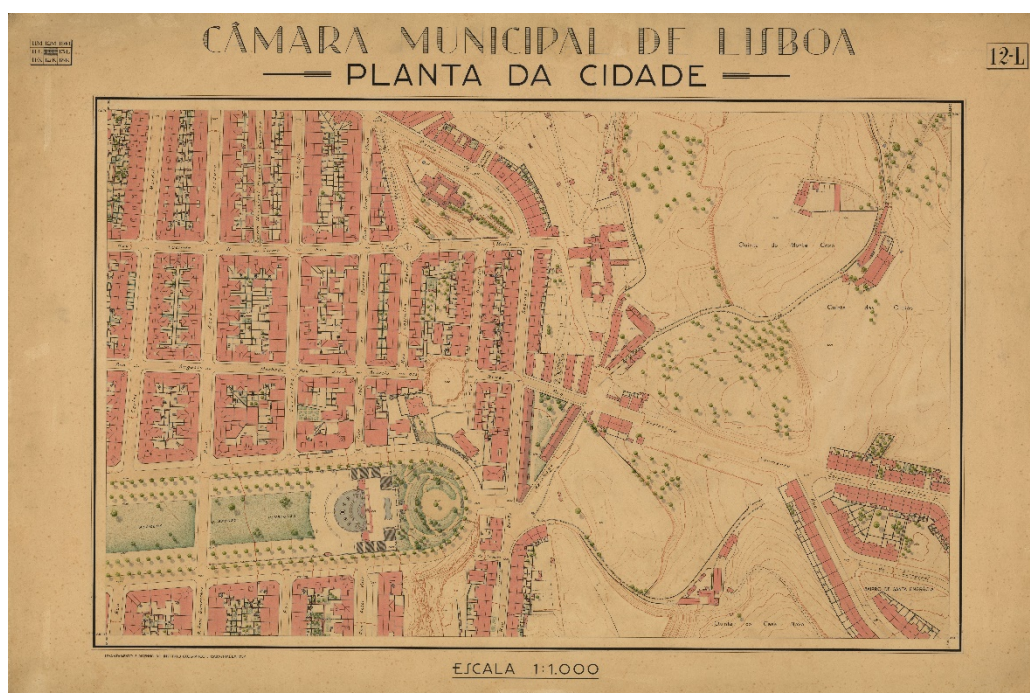


Figura 8- Levantamento e desenho do Instituto Cadastral de 1955: 12L © Gabinete de estudos Olisiponenses

Designada com o nome do primeiro rei português, a Alameda Dom Afonso Henriques refere-se directamente à história portuguesa e à sua idealização mítica na historiografia nacional, como revela Jakob Hartmann (2014), na descrição iconográfica sobre a Fonte Luminosa:

“... a caravela, símbolo tradicional do domínio naval e colonial português, dirige-se directamente ao glorioso passado e - no âmbito geral - são utilizados como idealização e confirmação mítica do império colonial (então ainda existente)”¹⁵.

Para a construção da Fonte Luminosa, nomeada também como Fonte Monumental, a “velha quinta do Alperce”¹⁶ desaparece da região, sendo substituída por jardins do miradouro, dando-lhe assim, proporções a par do também monumental construção do Instituto Superior Técnico. A edificação foi considerada a maior fonte da Europa totalizando 13.300 metros cúbicos de água por hora¹⁷.

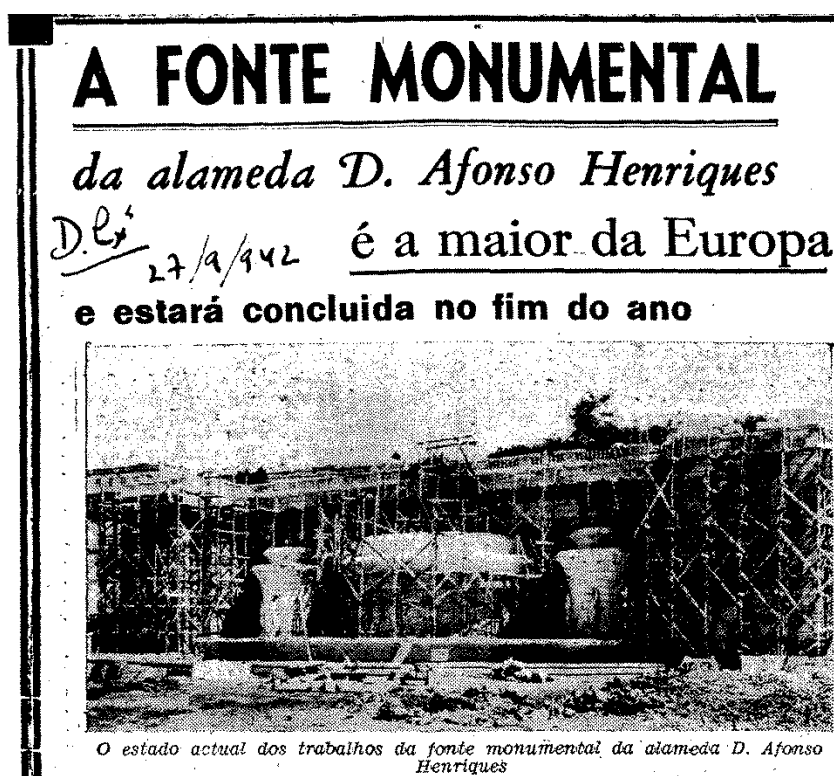


Figura 9-Diário de Lisboa, 29/09/1942 © Gabinete de Estudos Olisiponenses

Neste sentido, a fonte pode ser vista como a afirmação dos valores simbólicos à nacionalidade, que através da composição de um ideal no espaço, investiram na exibição de elementos imponentes e expressivos de uma cultura tradicional e dominante.

¹⁵ HARTMANN, Jakob – Visual politics of the Estado Novo realized on the Alameda Dom Afonso Henriques in Lisbon the construction of ideal citizenship?. *Revista de História da Arte* (nº 11) 2014, p. 297.

¹⁶ **As Obras da Alameda Afonso Henriques**. Lisboa: Bibliografia Olisiponense: recortes de jornais/ Pastor de Macedo; Diário de Notícias, 13 de Fevereiro, 1942, vol. 13, p. 70 Ref.6239, Cota: CDR 38.

¹⁷ **A Fonte Monumental da Alameda Dom Afonso Henriques é a Maior do Mundo e Estará Concluída no Fim do Ano**. Lisboa: Bibliografia Olisiponense: recortes de jornais/ Pastor de Macedo; Diário de Lisboa, 27 de Setembro, 1942. vol.17, p.9 Ref.6555, Cota: CDR 38.

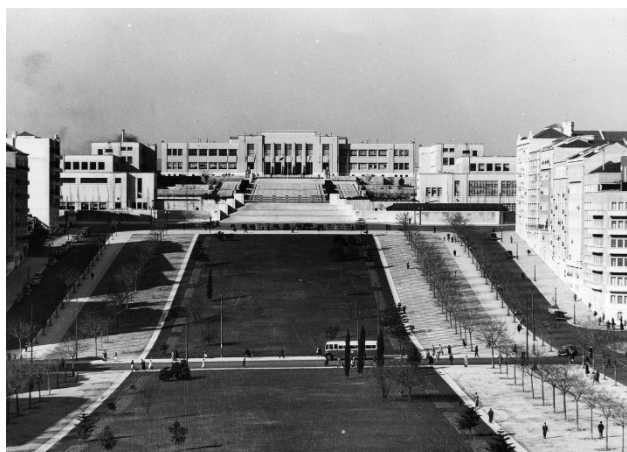


Figura-10, IST e Alameda D. Afonso Henriques

© Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Figura 11-Fonte Luminosa

© Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

O edifício do Instituto Superior Técnico localizado acima da parte mais alta da Alameda, foi construído entre 1927 e 1935, pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, e designado de 'nova acrópole', pela revista francesa arquitectura *L'Architecture d'Aujourd'hui* em maio de 1934¹⁸. A Acrópole representa a Cidade Alta, o lugar sagrado, erguida em localidade proeminente da cidade, onde encontramos em centenas de civilizações as estruturas mais nobres e monumentais, como templos e palácios governamentais. Esta denominação indica-nos a posição de poder e valor simbólico do edifício.



Figura 12 e Figura 13-Capa e artigo, Revista *L' Architecture d' Aujourd'hui*, nº4, d' *Aujourd'hui*, nº. 4, 1934
©findartdoc.com

¹⁸ **L' Institut Supérieur Technique a Lisbonne.** Paris *L' Architecture d' Aujourd'hui*: Nouvelles Ecoles, Architecture Urbanisme Decoration, maio, 1934, no. 4, p. 58, 59.

A sua dimensão e localização fazem da Alameda Dom Afonso Henriques um exemplo significativo de políticas urbanísticas nas primeiras décadas da ditadura de Salazar, que ambicionava espelhar os valores que sustentavam tanto a autoridade, a disciplina e a ordem, quanto o culto da nacionalidade, da família e do mundo rural¹⁹. Dentro deste cenário, podemos observar algumas referências do *espaço de representação* que sugere Bettanini (1982), um espaço construído onde assume a nova dimensão de significado, como acontece na Alameda Dom Afonso Henriques. Assim, o *espaço de representação* seria o produto do código geral da cultura administrada pela ordem institucional. Devido ao novo sistema político exigir a criação de novos espaços, estabelecendo assim uma percepção de estabilidade, este processo conduz, inicialmente, ao afastamento do *espaço de representação* do ambiente dos cidadãos que ocupam aquele espaço.

Não obstante, o *espaço de representação*, enquanto local da manifestação de motivações colectivas pode extrapolar essa dimensão política. O próprio autor revela: “é talvez o momento de abandonar os monumentos do espaço de representação e de se aproximar dos documentos do espaço quotidiano, transformando-o em monumento”²⁰, o que contribuiria para uma melhor compreensão das sociedades habitantes desses espaços.

A partir de 1974, com a força das manifestações do 1º de Maio, a Alameda merece ser abordada sob o ponto de vista das representações que são levadas às ruas pelos distintos grupos, bem como alguns dos atributos, conteúdos simbólicos e experiência cidadã que a manifestação propiciou.

Até 1978, a Alameda prosseguiu como local de encontro e partida da marcha do 1º de Maio, quando em 1979 a Comissão Administrativa da INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres) recusou a utilização do Estádio 1º de Maio para a realização do evento. Assim, a concentração transferiu-se para o Martim Moniz e a Alameda Dom Afonso Henriques afirmou-se como ponto de encontro e final da marcha, evidenciando o controle espacial e a dimensão simbólica, onde o processo de significação conecta ao espaço.



Figura 14-Divulgação Manifestação 1º de Maio de 1978 Coleção Cartazes CGTP-IN © 40 anos de Luta com os Trabalhadores (1970-2010)

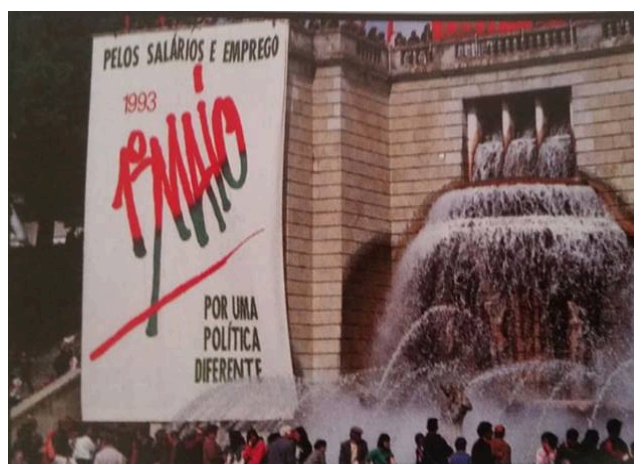


Figura 15-Comemorações 1º de Maio de 1993 ©Arquivo Fotográfico CGTO-IN/S30A-35A

¹⁹ HARTMANN, Jakob – Visual politics of the Estado Novo realized on the Alameda Dom Afonso Henriques in Lisbon the construction of ideal citizenship?. *Revista de História da Arte* (nº 11) 2014, p. 293.

²⁰ BETTANINI, Tonino – *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 107.

Deste modo, o simbolismo espacial desenvolve-se expressando e invocando normas, valores e experiências sociais. Neste processo, surgem novas perspectivas sobre a significação do espaço e colocam-se questões sobre outras formas de abordagem possíveis da representação, que possam definir diferentes signos do espaço vivido, através das imagens e símbolos que acompanham o ambiente de vivências urbanas, dando resposta às necessidades colectivas dentro dos processos de transformação do espaço. Neste sentido, a Alameda pode ser vista como um espaço resultante de um processo político e cultural, que proporciona uma constante ressignificação dos seus valores pré-estabelecidos.

Ao longo do tempo, a exaltação colectiva foi perdendo forças. Num passado em que grande parte da população lisboeta ocupava o espaço público dentro de um contexto de *statu nascenti*²¹, quando o indivíduo se torna capaz de se fundir com outras pessoas e criar novas colectividades, a comemoração da revolução, agora institucionalizada, limitou e perdeu participantes.



Figura 16- 1º de Maio de 1974, fotografia de José Corceiro © blogueforanadaevaotres.blogspot.com

Figura 17- 1º de Maio de 2018, foto P. Amorim

Observamos actualmente, neste espaço público, quando utilizado para fins de contestação política, que o 1º de Maio continua em destaque e a Alameda Dom Afonso Henriques concretizou-se como o ponto final da marcha até os dias de hoje. Participantes que continuam a eleger este espaço como palco de manifestações, pertencem, principalmente, a sindicatos ou partidos políticos de esquerda, nomeadamente, PCP e Bloco de Esquerda. A utilização do cravo, o mais importante símbolo da revolução do 25 de Abril, é visível durante as manifestações, onde podemos observar um indício da actuação de uma memória colectiva que, de acordo com Halbwachs (1990), opera como um conjunto de lembranças formadas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Para o autor, a eficiência da memória é determinada, não pela ligação de uma pessoa a um determinado lugar, mas pela ligação de um colectivo, a qual esta pessoa pertence.

²¹ *Statu nascenti* é um conceito sociológico proposto por Francesco Alberoni que identifica um período em que um grupo de pessoas, unidas por esperanças comuns, se unem para criar uma nova força, novos movimentos, que se opõe a Instituição. O movimento no estado nascente tem características particulares, que dizem respeito a todos os movimentos que ocorreram ao longo da história: movimentos religiosos, filosóficos e políticos. ALBERONI, Francesco – **La Passione Che Ci Fa Vivere**. Segrate: Piemme, 2015, p. 19.



Figura 18- 1º de Maio de 1974
© Fundação Mário Soares



Figura 19- 1º de Maio de 2012,
© historiaschistoria.blogspot.com

Esta perspectiva aponta que a monumentalização do espaço urbano está relacionada à abordagem da memória colectiva da comunidade, trabalhando e mobilizando uma referência viva pela afectividade, recordando o passado e aplicando-o no presente, podendo, assim, construir uma âncora de identidade colectiva perante uma sociedade em transformação²². Como tal, a Alameda, mesmo mantendo sua configuração física e sua função no tecido urbano, vê-se desprovida do seu valor simbólico intencional e inicial devido às profundas transformações da sociedade.

A Alameda Dom Afonso Henriques, concebida e eleita como marco de uma centralidade espacial e cultural, é componente tanto da identidade da cidade, quanto da sua organização e estruturação. Observamos que, no espaço idealizado na época do Estado Novo, ainda perduram a forma urbana e elementos construtivos. Neste sentido, a análise da Alameda em diferentes épocas, possibilitou-nos uma compreensão temporal em que pode ser identificada a herança morfológica e também nos permitiu verificar a resistência do objecto urbano à transformação física²³. Contudo, a sua diversidade pertence a um conjunto de características particulares, como forma e significados, que resulta da relação entre homem e o espaço. O espaço vivido expressa na relação das interacções humanas e do próprio edificado monumental, proporcionando diferentes tipos de uso e consequentemente de símbolos, de acordo com o seu tempo. Assim, gera em cada período de tempo, valores e linguagens sociais e culturais, designando à arquitectura diferentes funções e significados²⁴.

Considerações Finais

Para se compreender uma representação é necessário começar pela sua génese, “não porque ela possui uma origem colectiva, ou porque ela se refere a um objecto colectivo, mas porque,

²² DIAS COELHO, Carlos, PEDRO COSTA, Sérgio – **O Tempo e a Forma – A Monumentalização do tecido: tempos e perspectivas de um processo dinâmico. O caso de Belém.** Lisboa: Argumentum, 2014, p. 164.

²³ DIAS COELHO, Carlos, BARREIROS PROENÇA, Sérgio – **O Tempo e a Forma – A Resistência da Forma Urbana: A persistência dos traços na forma da cidade.** Lisboa: Argumentum, 2014, p. 33.

²⁴ DIAS COELHO, Carlos, MIGUEL SILVA, José – **O Tempo e a Forma – A Praça: A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais do século XX.** Lisboa: Argumentum, 2015, p. 83.

como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social”²⁵.

O *espaço de representação* é um lugar vivo com ligações culturais, acções e situações vivenciadas, onde as pessoas ressignificam o espaço de acordo com seu tempo.

A reflexão e problematização em torno do *espaço de representação*, levou-nos a entender que o espaço é constituído por uma história que não se define ao estudo de momentos específicos, como a formação, a instalação, declínio e extinção de certa ordem. É necessário relacionar, também, as questões históricas com momentos particulares das sociedades e instituições, que fazem deste espaço, um ambiente flexível, propício a transformações de acordo com seu tempo. Neste sentido, entendemos que, no caso da Alameda Dom Afonso Henriques, a representação do espaço, o espaço materializado, mesmo que conservado quanto à sua forma, é sempre carregado de valores e normativas sociais, onde este, sobrepõe o espaço físico, fazendo o uso simbólico dos seus objectos. Assim, observamos como o espaço construído pode ser ressignificado através da construção de significados de uma colectividade, onde o *espaço de representação* se relaciona a uma instância de experiência da espacialidade originária na contextualização do sujeito²⁶.

Consideramos que o ser humano se auto-representa com o objectivo de procurar o seu bem-estar e autenticidade, esquivando-se do espaço concebido. Assim, o estudo de caso articula-se, também, com o espaço da prática social. A sua ressignificação, a partir do 1º de Maio de 1974, traz evidências que os actores sociais qualificam os *espaços de representação* de acordo com motivações de grupos, transformando-o num produto da construção colectiva e revelando o espaço como objecto central no processo de afirmação e legitimação de uma organização social. As representações não são criadas por um indivíduo isoladamente; uma vez formadas, elas obtêm uma vida própria, transitam, envolvem e afastam-se, dando possibilidades à criação de novas representações, enquanto as velhas morrem²⁷. Assim, entendemos que o *espaço de representação* se refere ao domínio simbólico espacial, onde a prática vivenciada e a expressão das colectividades são a própria representação.

²⁵ MOSCOVICI, Serge – **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 41.

²⁶ GIL FILHO, Sylvio Filho – Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia, in, **5º Encontro Nacional da ANPEGE: Espaço de Representação: Epistemologia e Método**, 2003, p. 3.

²⁷ MOSCOVICI, Serge – **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 41.

Bibliografia

- ALBERONE, Francesco – **La Passione Che Ci Fa Vivere**. Segrate: Piemme, 2015.
- BETTANINI, Tonino – **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CALDEIRÃO, Teresa – **Arquitetura como Propaganda do Estado Novo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013.
- CGTP-IN, Intersindical Nacional – **40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010**. Lisboa: CGTP-IN, 2011.
- COELHO, Sara – **Habitação para as Elites Lisboaetas do Estado Novo: Biografia de um “Português Suave” no Bairro do Areeiro**. Lisboa: Instituto Técnico de Lisboa, 2015. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura.
- DIAS COELHO, Carlos, BARREIROS PROENÇA, Sérgio – **O Tempo e a Forma – A Resistência da Forma Urbana: A persistência dos traços na forma da cidade**. Lisboa: Argumentum, 2014.
- DIAS COELHO, Carlos, PEDRO COSTA, Sérgio – **O Tempo e a Forma – A Monumentalização do tecido: tempos e perspectivas de um processo dinâmico. O caso de Belém**. Lisboa: Argumentum, 2014.
- DIAS COELHO, Carlos, MIGUEL SILVA, José – **O Tempo e a Forma – A Praça: A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais do século XX**. Lisboa: Argumentum, 2015.
- DIMAS, Victor - **Lisboa-quarta-feira-ano-I**. Lisboa: Microfilme da Biblioteca Nacional de Portugal, Revista Expresso, 4 de maio, 1974.
- FERNANDES, José Manuel, PEREIRA, Nuno Teotónio – A arquitetura do Estado Novo de 1926 a 1959, in, **O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)**. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, vol.2, pp. 323-357.
- A Fonte Monumental da Alameda Dom Afonso Henriques é a Maior do Mundo e Estará Concluída no Fim do Ano**. Lisboa: Bibliografia Olisiponense: recortes de jornais/ Pastor de Macedo; Diário de Lisboa, 27 de setembro, 1942. vol.17, p.9 Ref.6555, Cota: CDR 38.
- GIL FILHO, Sylvio Filho – Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia, in, **5º Encontro Nacional da ANPEGE: Espaço de Representação: Epistemologia e Método**, 2003.
- HALBWACHS, Maurice – **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- HARTMANN, Jakob – Visual politics of the Estado Novo realized on the Alameda Dom Afonso Henriques in Lisbon the construction of ideal citizenship?. **Revista de História da Arte** (nº 11) 2014.
- L’ Institut Supérieur Technique a Lisbonne**. Paris L’ Architecture d’ Aujourd’hui: Nouvelles Ecoles, Architecture Urbanisme Decoration, maio, 1934, no. 4, p. 58, 59.
- LEFEBVRE, Henri – **A Produção do Espaço**. (on-line) Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início fev.2006
http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf
- MOSCOVICI, Serge – **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- As Obras da Alameda Afonso Henriques**. Lisboa: Bibliografia Olisiponense: recortes de jornais/ Pastor de Macedo; Diário de Notícias, 13 de fevereiro, 1942, vol. 13, p. 70 Ref.6239, Cota: CDR 38.

RIBEIRO, Ana Maria - **Filhos acertam contas com a fama dos pais Perguntámos a cinco personalidades como foi crescer com uma figura pública.** Lisboa: Jornal online Correio da Manhã, 31 de maio, 2015.

Disponível em:

cmjornal.pt/maiscm/domingo/detalhe/filhos_acertam_contas_com_a_fama_dos_pais

SOUZA LÔBO, Margarida – **Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco.** Porto: FAUP, 1995.